



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I - PROJETO BÁSICO¹

CONCORRÊNCIA Nº 01/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10681/2021

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente concorrência é a contratação de empresa prestadora de serviços de Comunicação Digital, doravante denominada licitante ou Contratada, referentes à:

- a)** Prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de Comunicação Digital, no âmbito do contrato;
- b)** Criação e execução técnica de ações e/ou peças de Comunicação Digital;
- c)** Criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de Comunicação Digital, destinadas a expandir os efeitos de mensagens e conteúdos do **Coren-SP**, em seus canais proprietários e em outros ambientes, plataformas ou ferramentas digitais, em consonância com novas tecnologias.

1.2. A contratação dos serviços, elencados no **subitem 1.1**, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações de Comunicação Digital que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas, ou informar e orientar o público em geral.

1.3. O planejamento previsto na alínea “a” do **subitem 1.1** objetiva subsidiar a proposição estratégica das ações de Comunicação Digital para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e deve prever, sempre que possível, indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de performance e de resultados.

1.4. Os serviços previstos no **subitem 1.1** não abrangem atividades com natureza distinta da Comunicação Digital do Coren-SP, na disseminação de informações junto à sociedade.

2. REGIME DE EXECUÇÃO, MODALIDADE E TIPO DE CONTRATAÇÃO

2.1. Os produtos e serviços constantes deste Projeto Básico serão executados e entregues continuamente, mediante demanda, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

2.2. A empresa será contratada por meio de concorrência, do tipo **melhor técnica**, sob a égide da Lei nº 8.666/1993 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017.

2.3. Subsidiariamente, devem ser observadas as regras estabelecidas na Lei nº 12.232/2010, aplicáveis a este objeto, nos termos do Acórdão TCU nº 6.227/2016-2ª Câmara e na Instrução Normativa SECOM relativa à matéria.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1. Da Justificativa da Contratação

3.1.1. O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo, Coren-SP, é uma Autarquia Federal que tem como atividade finalística fiscalizar e disciplinar o exercício profissional da Enfermagem no

¹ Baseado no modelo de Projeto Básico para contratação de Serviços de Comunicação Digital – Concorrência do Tipo ‘Melhor Técnica’ – Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/documentos/modelos-de-edital-de-servicos-de-comunicacao-digital> - Acesso: 29.07.2022.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

âmbito do Estado de São Paulo. O Coren-SP possui, atualmente, 567.197 profissionais inscritos² para os quais busca a divulgação e promoção de conteúdos relevantes e informativos acerca da atuação ética e legal da categoria.

3.1.2. No Coren-SP, o setor responsável pela comunicação institucional com o público externo é a Gerência de Comunicação, GECOM, que administra o sítio oficial e todas as redes sociais de que o órgão faça parte.

3.1.3. Todas as gerências do Coren-SP são responsáveis pela elaboração de um planejamento estratégico para suas respectivas áreas, e que estejam alinhados aos objetivos, missão, visão e valores do Conselho. O Planejamento Estratégico da GECOM para o triênio 2021-2023 prevê a atuação do Conselho no sentido de se tornar uma referência na disciplina e fiscalização do exercício profissional da enfermagem, assim como na busca pela valorização da categoria por meio de conteúdo relevante. Também integram essas diretrizes valores como eficiência, transparência, modernidade, credibilidade, inovação e celebridade.

3.1.4. Para atingir tais objetivos, é fundamental adotar uma estratégia de comunicação eficaz, capaz de assegurar a transparência das ações do órgão e, simultaneamente, fortalecer sua imagem perante seus públicos-alvo, além de aumentar sua capacidade de disseminação de informações e ações.

3.1.5. A comunicação social do Coren-SP também tem como objetivos proporcionar amplo conhecimento à sociedade das políticas, programas e serviços da Autarquia; divulgar pareceres e conteúdos referentes à legislação e preceitos éticos para os Profissionais de Enfermagem; instrumentalizar os Profissionais de Enfermagem e a Sociedade no acesso aos serviços do Conselho e promover a valorização e reconhecimento da categoria. A comunicação digital pode contribuir para o atingimento de todos esses objetivos. Cada vez mais, as estratégias de comunicação tradicionais passam a utilizar plataformas e tecnologias digitais para atender os objetivos de comunicação, tornando a estratégia mais completa e efetiva.

3.1.6. A comunicação digital é uma ferramenta indispensável para atingir os objetivos da comunicação institucional, sobretudo no estado de São Paulo que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, é o segundo com maior índice de acesso à internet em domicílios e também de acessos móveis no Brasil.

3.1.7. No âmbito do Coren-SP, as plataformas de comunicação digital mostram um significativo alcance: entre janeiro e maio/2022, mais de 3.000.000 (três milhões) de usuários acessaram o portal do órgão na internet. No Facebook, plataforma que o Coren-SP possui cerca de 367.000 (trezentos e sessenta e sete mil) seguidores, as publicações tiveram um alcance de 11.000.000 (onze milhões) de pessoas e, no Instagram - aprox. 152.000 (cento e cinquenta e dois mil) seguidores), cerca de 7.000.000 (sete milhões) pessoas³.

3.1.8. Esses resultados têm sido atingidos devido ao planejamento estratégico das ações de comunicação digital, produção de conteúdo relevante e padronização de uma identidade visual que torna as informações mais atrativas, proporcionando mais engajamento e envolvimento do público-alvo. Neste contexto, a atuação da equipe da GECOM com o apoio de uma empresa especializada no segmento é um grande diferencial, tendo em vista as constantes e rápidas mudanças e novas plataformas que surgem cotidianamente no universo da comunicação digital, além das alterações no comportamento os algoritmos na distribuição do conteúdo.

² Disponível em <https://portal.coren-sp.gov.br/enfermagem-numeros-dados.php>. Acesso em 16/12/2021.

³ Ref. 01/2022 – Dados extraídos da plataforma em utilização quando do contrato decorrente da CC 01/2016.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.1.9. É importante pontuar que a comunicação digital é uma das formas mais econômicas e sustentáveis de comunicação, pois a relação custo versus alcance é mais vantajosa do que muitas mídias tradicionais e offline, permitindo, inclusive, a segmentação do público.

3.1.10. Uma estratégia de comunicação pode ser composta por uma ou mais estratégias digitais, que indicará os conteúdos e as plataformas e tecnologias mais apropriadas para o atingimento dos seus objetivos. A possibilidade de interação e a mensuração dos resultados on-line são as principais vantagens das estratégias digitais.

3.1.11. Junto à atuação em redes sociais se faz necessária a correta mensuração das atividades nesses ambientes. O esforço aplicado na definição de métricas de sucesso (indicadores de desempenho) atrelado aos objetivos estratégicos de cada negócio é o maior valor que as empresas vêm buscando rumo a uma atuação mais estratégica, mensurável e que traduza melhor o retorno sobre o investimento e o engajamento nesse ambiente.

3.1.12. A GECOM gerencia conteúdo relativo a todas as unidades do órgão (Sede, Subseções e Napes), Coren-SP Educação, gerências e Plenário, concentrando informações de interesse da sociedade, com foco em utilidade pública, tendo, assim a missão de disseminar todo esse conteúdo de forma eficiente. Diante disso, a contratação se faz necessária para que o Coren-SP possa desempenhar suas competências no que diz respeito à comunicação digital.

4. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS (DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO)

4.1. As demandas serão atendidas por meio da combinação dos produtos e serviços mais adequados para apoiar o Coren-SP na superação de seus desafios e alcance dos seus objetivos de comunicação, abrangendo:

a) Produtos e Serviços Essenciais: contemplam a expertise básica da contratada na execução do objeto do contrato, sendo os itens previamente especificados e precificados pela Contratante, com os respectivos quantitativos estimados de execução, no Apêndice I.

4.2. Os Produtos e Serviços Essenciais contemplam as necessidades elementares da Contratante relativas ao objeto da contratação e estão agrupados no catálogo constante do Apêndice I, de acordo com as categorias abaixo.

4.2.1. Em relação à finalidade e afinidade:

- a)** Design;
- b)** Planejamento Estratégico;
- c)** Planejamento Tático;
- d)** Conteúdo;
- e)** Métricas e Avaliações;
- f)** Monitoramento e
- g)** Impulsionamento e gestão de tráfego

4.2.2. Em relação à Periodicidade:

- a)** Serviços Periódicos: com execuções programadas durante toda a vigência contratual, faturados dentro dos meses de referência de realização dos serviços;
- b)** Serviços Não periódicos: solicitados sob demanda da Contratante, faturados dentro dos meses de recebimento definitivo dos serviços solicitados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.2.3. Em relação à Precificação:

- a) Precificados: com custos preestabelecidos, informados na Proposta Comercial da Contratada;
- b) Não Precificados: que necessitam da avaliação, pela Contratante, de custos propostos pela Contratada.

4.2.4. Os produtos e serviços que compõem a Solução a ser contratada têm a descrição composta pelos seguintes elementos:

- a) Título;
- b) Descritivo;
- c) Entregáveis;
- d) Prazo de entrega;
- e) Aspectos a serem considerados na avaliação de qualidade;
- f) Classificação de complexidade.

4.2.5. As especificações dos Produtos e Serviços Essenciais mencionadas no subitem anterior poderão ser aperfeiçoadas pela Contratante, sempre que identificada a necessidade de maior alinhamento das informações com a prática vivenciada com a Contratada, no decorrer da execução contratual.

4.2.6. Cada demanda será customizada por meio da combinação de produtos e serviços, de modo a alcançar a especificação técnica do resultado esperado.

4.2.7. Quando identificada a necessidade de execução de item não previsto no catálogo de Produtos e Serviços Essenciais, constante do Apêndice I, mas necessário à execução contratual, a contratada deverá apresentar ao Contratante justificativa acompanhada da estimativa de custos e das especificações técnicas, com a descrição das mesmas informações dispostas no subitem 4.2.4, para aprovação de sua execução, desde que o item guarde compatibilidade com o objeto do contrato.

4.2.8. Após a aprovação da execução do Produto e Serviço Essencial, não previsto no catálogo constante do Apêndice I, o item poderá passar a integrar o catálogo e, se for o caso, gerar nova categoria.

4.3. Quando identificada a necessidade de execução de Produtos, prestados por meio de fornecedores especializados, a contratada deverá apresentar à Contratante, justificativa acompanhada das especificações técnicas e da estimativa de custos, para sua aprovação.

4.4. No interesse da CONTRATANTE poderá ocorrer deslocamentos de profissionais a serviço e, nessa hipótese, a CONTRATADA proverá os meios de transporte, hospedagem e alimentação dos técnicos designados, sendo reembolsada, mediante prestação de contas.

4.4.1. Entende-se, para fins do reembolso de que trata o *caput* do subitem 4.4. supra, deslocamentos de profissionais a serviço do Coren-SP fora do raio de 100 (cem) quilômetros da unidade Sede do Coren-SP, localizada em São Paulo/SP⁴.

⁴ DECISÃO COREN-SP/PLENÁRIO/028/2021 (Disponível em: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-sp/transparencia/decisoes/?idDocumento=20337> – Acesso em 23/08/2022.)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.4.2. Todo deslocamento vinculado às ações relacionadas à execução contratual deverá estar previsto em Ordem de Serviço e devidamente aprovada pela Fiscalização do Contrato.

4.4.2.1. Para autorização das despesas, na Ordem de Serviço deverão constar as seguintes informações:

- a) Nome do profissional;
- b) Finalidade da viagem;
- c) Datas de início e de término da viagem;
- d) Preço estimado das passagens;
- e) Previsão de quantidade de diárias.

4.4.3. Para as passagens aéreas, fica definida a utilização de classe econômica para qualquer profissional nos trechos nacionais ou internacionais.

4.4.3.1. Nos deslocamentos excepcionais por intermédio de outros meios de transporte, que não o aéreo, a CONTRATANTE poderá aprovar a locomoção com base na apresentação, pela CONTRATADA, de orçamentos prévios e prestação de contas em regras similares às das passagens aéreas.

4.5. A execução de qualquer produto, serviço ou despesa que envolva o desembolso de recursos deverá ser prévia e expressamente autorizada pela Contratante.

4.6. Não fazem parte do objeto da contratação serviços de hospedagens de portais, sítios e aplicativos. serviços de hospedagens de portais, sítios e aplicativos.

5. EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução contratual dar-se-á por meio da prestação de serviços e fornecimento de produtos, demandados previamente pela Contratante, via Ordem de Serviço (OS), observado o disposto nos anexos V e V-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017. O detalhamento do processo de execução contratual e de demandas por meio de Ordem de Serviço será efetuado em normativo específico a ser editado pela Contratante.

5.2. Para a execução, a Contratada deve, obrigatoriamente, possuir quantitativo suficiente de profissionais, além de estrutura administrativa habilitada, que deverá estar disponível para o cumprimento e execução dos produtos e serviços, objeto da contratação e que, excepcionalmente, poderão ser alocados nas dependências da Contratante, por tempo determinado, ou solicitados a realizá-lo dentro de um raio de 100 (cem) quilômetros da Sede do Coren-SP, em eventos pontuais, de forma a atender as demandas com a qualidade e os prazos exigidos, na prestação dos produtos e serviços constantes do Apêndice I.

5.2.1. A execução pela Contratada de produtos e serviços nas dependências da Contratante ou em até 100 (cem) quilômetros da unidade Sede do Coren-SP, localizada em São Paulo/SP, resulta da necessidade de maior proximidade entre as equipes e de um atendimento contínuo, não passível de ser prestado à distância pela Contratada.

5.2.2. Nas hipóteses previstas no *caput* do subitem 5.2, a Contratante proverá infraestrutura básica para prestação dos produtos e serviços que serão executados em suas dependências, quanto ao espaço físico e mobiliário, bem como transporte e retorno entre a Sede do Coren-SP e o local de deslocamento dentro do raio de 100 (cem) quilômetros da Sede da Contratante.

5.2.3. Nos deslocamentos previstos dentro de um raio de 100 (cem) quilômetros do edifício Sede do Coren-SP não será previsto o pagamento de custos de deslocamento dos profissionais da



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Contratada, uma vez que serão realizados pela Contratante, tampouco o pagamento de diárias, com exceção de hipóteses em que seja declarada pela Contratante a necessidade de pernoite dos profissionais da Contratante.

5.3. Será de responsabilidade da contratada, prover aos profissionais envolvidos na execução contratual, dentro e fora de suas dependências, a infraestrutura necessária de equipamentos e suprimentos, constituída de acesso à internet por meio de banda larga (com e sem fio), microcomputadores, softwares, equipamento de videoconferência, ferramentas tecnológicas e demais recursos, de forma a garantir a perfeita execução contratual.

5.4. A Contratada deverá alocar a quantidade de prepostos necessária para garantir a melhor intermediação com a Contratante, observados os perfis necessários para cada atividade constante da execução contratual.

5.5. Não será permitida a subcontratação de fornecedores especializados pela Contratada para a execução dos produtos e serviços especificados no Apêndice I.

5.6. Os preços apresentados para execução de quaisquer produtos ou serviços são da exclusiva responsabilidade da Contratada, não lhe cabendo pleitear nenhuma alteração posterior, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. A execução de qualquer produto, serviço ou despesa que envolva o desembolso de recursos deverá ser prévia e expressamente autorizada pela Contratante.

5.8. A Contratada cederá à Contratante os direitos patrimoniais do autor das ideias, incluídos estudos, análises e planos, campanhas, peças e materiais publicitários de sua propriedade, de seus empregados ou prepostos, concebidos e criados em decorrência desse contrato, mesmo após sua vigência, disponibilizando os layouts em formato editável.

6. CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES ESPECIALIZADOS

6.1. É vedada a contratação de fornecedores especializados para a prestação do serviço licitado.

6.2. O valor da contratação decorrente do presente certame está estimado em **R\$ 841.418,01 (oitocentos e quarenta e um mil quatrocentos e dezoito reais e um centavo)**, pelos primeiros 12 (doze) meses e corresponde à somatória dos valores totais decorrentes de:

6.2.1. Prestação de Produtos e Serviços Essenciais, no valor de **R\$ 802.939,06 (oitocentos e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e seis centavos)**;

6.2.2. Reembolso de despesas com deslocamentos de profissionais a serviço, no valor de **R\$ 38.478,95 (trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos)**.

6.2.2.1. O valor em questão, inexistindo histórico anterior de consumo pela Contratante, porém necessário para reserva orçamentária, corresponde a 5% (cinco por cento) do valor total estimado para Produtos e Serviços Essenciais nos primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual.

6.3. A previsão de recursos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de ano consta do orçamento da Contratante, de forma que as despesas decorrentes da contratação serão acobertadas dentro do elemento de despesa: 6.2.2.1.1.33.90.39.002.005 – Divulgações Diversas.

6.4. Se a Contratante optar pela prorrogação do contrato que vier a ser assinado, serão consignadas nos próximos exercícios, no orçamento anual, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

6.4.1. Na prorrogação, a Contratante poderá renegociar os preços praticados com a Contratada,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

em decorrência deste certame, com base em pesquisa de preços, com vistas a obter maior vantajosidade para a administração, no decorrer da execução do contrato.

6.4.2. A Contratante poderá, a qualquer tempo, efetuar revisão dos preços praticados com a Contratada, em decorrência de eventual redução identificada nos preços do mercado, por meio de termo aditivo.

6.5. A Contratante se reserva o direito de, a seu juízo, executar ou não a totalidade do valor contratual.

6.6. No interesse da Contratante, a Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 65 da lei nº 8.666/1993.

7. ESTIMATIVA ANUAL DE EXECUÇÃO

7.1. As quantidades anuais dos Produtos e Serviços Essenciais, previstas no item 2 do apêndice I, representam apenas estimativas e serão executadas à medida da necessidade e conveniência da Contratante, que poderá readequá-las, ocasionando distribuição diferente da previamente estabelecida, desde que justificada a alteração e respeitado o valor estabelecido no subitem 7.1, quanto ao valor de investimento para a contratação.

7.2. a quantidade anual foi prevista para ser executada, de forma não cumulativa, durante cada vigência contratual de 12 (doze) meses.

8. PAGAMENTO E REMUNERAÇÃO

8.1. Para pagamento e remuneração pela execução dos produtos e serviços previamente autorizados pela Contratante, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

8.1.1. Produtos e Serviços Essenciais:

8.1.1.1. Nota fiscal ou fatura emitida, sem rasura, em letra legível, em nome e CNPJ da Contratante, da qual constará o número do contrato, descrição dos produtos e serviços executados, número da respectiva ordem de serviço e as informações para crédito em conta corrente (nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta);

8.1.1.2. documentos de comprovação da execução dos produtos e serviços. O relatório deverá conter print da postagem (nos casos de produção ou adaptação de conteúdo, vídeos e animações) no qual conste a data da postagem.

8.1.1.3. Ordem de serviço com o detalhamento da solicitação da CONTRATANTE para a CONTRATADA.

8.1.2. Despesas com deslocamentos de profissionais a serviço:

8.1.2.1. Nota de débito, emitida conforme exigências do subitem 9.1.1.1 supra, relacionando os meios de transporte contratados, com os respectivos CNPJ, razão social e valores, bem como a quantidade de diárias aprovadas previamente pela Contratante, necessárias para cobertura das demais despesas envolvidas no deslocamento.

8.1.2.2. Prestação de contas com relatório de viagem.

8.2. O fiscal do contrato só atestará a execução dos produtos e serviços e liberará os documentos para pagamento quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuadas.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.2.1. As notas fiscais emitidas pela Contratada devem ter em seu verso a seguinte declaração, assinada por funcionário da empresa de Comunicação Digital responsável pela documentação:

“Atestamos que todos os produtos e serviços descritos no presente documento, prestados por fornecedores especializados, foram entregues/realizados conforme autorizados pela Contratante, sendo observados ainda os procedimentos previstos no contrato quanto à regularidade de contratação e de comprovação de execução.”

8.2.2. A Contratada assumirá, com exclusividade, todos os tributos (impostos e taxas) que forem devidos em decorrência da execução dos produtos e serviços do objeto deste contrato.

8.3. O pagamento dos produtos e serviços será feito em até 20 (vinte) dias após o **recebimento definitivo dos serviços**, realizado após a apresentação dos documentos previstos no subitem 9.1 e em conformidade com os procedimentos dispostos neste Projeto Básico e será efetivado por meio de crédito em conta corrente mantida pela Contratada.

8.3.1. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à Contratante, por meio de comunicação formal, ficando sob responsabilidade da Contratada os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

8.4. Os pagamentos à Contratada serão realizados pelos valores decorrentes de:

- a) prestação efetivamente realizada de Produtos e Serviços Essenciais;
- b) reembolso de despesas com deslocamentos de profissionais a serviço.

8.5. Para pagamento dos Produtos e Serviços Essenciais, dispostos na alínea ‘a’ do subitem anterior, serão praticados os preços da planilha constante do item 2 do Apêndice I, sobre os quais incidirão de forma linear o desconto constante da proposta de menor preço, da presente Concorrência.

8.5.1. Nos casos da execução de item não previsto no catálogo de Produtos e Serviços Essenciais, constante do Apêndice I, a Contratada deverá apresentar à Contratante justificativa acompanhada da estimativa de custos e das especificações técnicas, com a descrição das seguintes informações:

- a) título;
- b) descritivo;
- c) entregas;
- d) aspectos a serem considerados na avaliação da atividade;
- e) características consideradas na classificação da complexidade;
- f) complexidade; e
- g) prazo de entrega.

8.5.1.1. A estimativa de custos de item não previsto no catálogo de Produtos e Serviços Essenciais deverá ser acompanhada de mais 2 (dois) orçamentos do mercado, além do orçamento da Contratada;

8.5.1.2. Os orçamentos deverão conter as seguintes informações: nome empresarial; CNPJ; endereço completo; telefone, fax e e-mail para contato; descrição detalhada do produto ou serviço cotado, quantidade, preço unitário e preço total; local e data de emissão; e nome por extenso, RG, CPF, cargo e função do responsável pela cotação.

8.5.1.3. Os orçamentos deverão ser originais e assinados pelos respectivos responsáveis



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

pelas cotações, podendo ser aceitas propostas encaminhadas por meio eletrônico, desde que emitidos dos endereços institucionais das empresas.

8.5.1.4. Caso não haja possibilidade de a contratada apresentar orçamento, ou que não seja possível a apresentação de outros 2 (dois) orçamentos, a Contratada deverá justificar o fato, por escrito, para apreciação da Contratante.

8.5.1.5. A partir da especificação técnica apresentada, a proposta será avaliada pela Contratante que, para a aprovação do orçamento, poderá verificar, a qualquer tempo e a seu juízo, a adequação dos preços da Contratada, em relação aos do mercado.

8.5.1.6. para subsidiar a análise dos orçamentos apresentados pela Contratada, sempre que possível, a Contratante buscará as referências dos preços praticados pela administração pública em relação aos Produtos e Serviços Essenciais.

8.6. O reembolso das despesas com deslocamentos de profissionais a serviço no decorrer da execução contratual, **respeitado o quanto disposto no subitem 5.2 supra**, será realizado a partir de uma prestação de contas apresentada à CONTRATANTE.

8.6.1. Os deslocamentos de profissionais a serviço deverão estar previstos em Ordem de Serviço, devidamente aprovada pelo Fiscal do Contrato.

8.6.1.1. Para autorização dos deslocamentos, na Ordem de Serviço, deverão constar as seguintes informações:

- a) Nome do profissional;
- b) Finalidade da viagem;
- c) Datas de início e do término da viagem;
- d) Preço estimado das passagens;
- e) Previsão de quantidade de diárias.

8.6.2. Para as passagens aéreas, fica definida a utilização de classe econômica para qualquer profissional nos trechos nacionais ou internacionais.

8.6.2.1. As despesas com passagens aéreas serão reembolsadas pela Contratante no valor efetivamente desembolsado pela contratada, com base em 03 (três) orçamentos, com escolha do menor preço ou da melhor relação custo/benefício.

8.6.2.2. As cotações deverão ser datadas e efetuadas junto a empresas distintas que não pertençam a um mesmo grupo societário e poderão ser realizadas nos sítios das respectivas companhias aéreas.

9.8.2.2.1. As cotações deverão ser efetuadas com, pelo menos, 10 (dez) dias de antecedência, sendo a impossibilidade justificada pela contratada.

8.6.2.3. Caso não haja possibilidade de apresentar 3 (três) cotações, consideradas as especificidades dos deslocamentos, a contratada deverá justificar o fato, por escrito, ao CONTRATANTE.

8.6.2.4. Nos deslocamentos excepcionais por intermédio de outros meios de transporte, que não o aéreo, a Contratante poderá aprovar a locomoção com base na apresentação, pela contratada, de orçamentos prévios e prestação de contas em regras similares às das passagens aéreas.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.6.3. Todas as demais despesas com hospedagem, alimentação, traslados ou qualquer outra envolvida no deslocamento serão pagas pela contratante, por meio de diárias, correspondentes a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estabelecido em normativo vigente no Coren-SP para concessão de diárias para viagens de empregados públicos a serviço⁵.

8.6.3.1. Considerar-se-á o normativo vigente no Coren-SP para concessão de diárias para viagens de empregados públicos a serviço no momento de realização do deslocamento dos empregados da Contratada mediante solicitação expressa da Contratante.

8.6.3.2. De forma a não equipar os empregados da Contratada aos empregados da Contratante para fins de concessão de diárias, não será objeto de revisão, durante toda a vigência contratual, o percentual estabelecido no *caput* do subitem 9.8.3. Assim sendo, despesas adicionais quaisquer realizadas pelos empregados da Contratada que venham a ultrapassar o valor de diária reembolsado pelo Coren-SP serão de único e exclusivo ônus da Contratada.

8.6.4. A prestação de contas dos deslocamentos de profissionais a serviço deverá ser feita por meio de relatório de viagem a ser apresentado pela Contratada à Contratante.

8.6.4.1. O relatório de viagem deverá ser apresentado em Português, com a caracterização de “reembolso” dos valores em reais, devidamente assinado pelo representante da empresa (indicado por nome e cargo), acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cotações de preços de passagens para o trecho solicitado;
- b) Comprovação de compra da passagem de menor preço;
- c) Comprovantes de embarque.

8.6.5. Para a conversão dos valores em dólar americano para reais, deve ser utilizada a cotação informada pelo Banco Central, no sítio:

- <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao>

8.6.5.1. A data a ser considerada para a cotação deverá ser a da Ordem de Serviço que originou a viagem, e o valor a ser utilizado é o da compra.

8.6.5.2. Como o Banco Central apresenta a cotação com quatro casas decimais, o faturamento deve considerar as quatro casas no cálculo, sendo que os centavos arredondados no resultado final, para que o valor a ser ressarcido siga o padrão monetário em reais.

8.7. Para pagamento dos Produtos e Serviços Essenciais não previstos no catálogo constante do Apêndice I, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, é destinado, como limite máximo, o percentual de até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a execução contratual.

8.8. A Contratada obrigar-se-á a sempre buscar o menor preço com a melhor qualidade para a execução do objeto do contrato.

8.9. A Contratante, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos

⁵ O normativo vigente, na presente data, é a Decisão Coren-SP/Plenário/028/2021, que está disponível eletronicamente em: <http://ouvidoria.cofen.gov.br/uploads/250226-decisao-coren-sp-plenario-028-2021-diarias-passagens.pdf>. Acesso: 22/08/2022.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

que efetuar.

8.10. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade bancária só serão efetivados se a Contratada efetuar cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

8.11. Caso a Contratada seja optante pelo sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

8.12. A Nota Fiscal ou Fatura correspondente deverá ser entregue pela Contratada, diretamente ao Fiscal do Contrato, com a devida comprovação da execução dos produtos e serviços (orçamentos, relatórios e comprovantes).

8.13. havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos de cobrança serão devolvidos à Contratada, e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando nenhum ônus para a Contratante.

8.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

8.14.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.14.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14.3. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.14.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.14.4.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

8.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

seu quadro societário empregado público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, quando couber.

8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como realizada a transferência/depósito bancário à Contratada

8.19. No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido da Contratada, o valor devido será atualizado financeiramente, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para esse atraso. para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$E = I \times N \times VP$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

8.19.1. a compensação financeira será incluída na Nota Fiscal seguinte à da ocorrência.

8.20. Os pagamentos efetuados pela Contratante não isentam a Contratada de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

9. REAJUSTE

9.1. O preço dos Produtos e Serviços Essenciais poderá ser reajustado, sendo observada a periodicidade anual, contada da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, com base na variação comprovada dos preços ocorrida no período.

9.2. A contratada deverá apresentar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do vencimento do contrato, o pedido de reajuste do valor a ser praticado nos 12 (doze) meses subsequentes.

9.3. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observado o Art. 6º da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017.

9.4. O reajuste se dará de acordo com a lei vigente, em especial o Decreto nº 1.054/1994, alterado pelo Decreto nº 1.110/1994, a Lei nº 9.069/1995, e a Lei nº 10.192/2001, ou em conformidade com outra norma que vier a ser editada pelo Poder Público, com base na variação IPCA/IBGE, ou por outro índice que o venha a substituir, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$R = V \times [(I - I_0) / I_0]$$

R = Valor do reajuste procurado

V = Valor contratual do produto ou serviço a ser reajustado

I = Índice relativo à data do reajuste

I₀ = Índice inicial ou índice de preços na data da entrega da proposta

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no contrato a ser firmado ou dele decorrentes:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 10.1.1.** Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.
- 10.1.2.** Fornecedor os produtos e serviços relacionados com o objeto do contrato a ser firmado de acordo com as especificações estipuladas pela Contratante.
- 10.1.3.** Executar todos os serviços relacionados com o objeto do contrato a ser firmado, mediante demanda da Contratante.
- 10.1.4.** Exercer o controle de qualidade na execução dos serviços prestados, com base nos parâmetros determinados pela Contratante.
- 10.1.5.** Obter a autorização prévia da Contratante, por escrito, para realizar qualquer despesa relacionada com o contrato a ser firmado.
- 10.1.6.** Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da Contratante, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores especializados, desde que as ocorrências não tenham sido por eles causadas.
- 10.1.7.** Manter, durante a execução do contrato a ser firmado, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na concorrência que deu origem ao referido instrumento.
- 10.1.8.** Utilizar, na elaboração dos serviços objeto do contrato a ser firmado, os profissionais indicados na proposta técnica da concorrência que deu origem ao referido instrumento, para fins de comprovação da capacidade de atendimento, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à Contratante.
- 10.1.8.1.** Prover aos profissionais envolvidos na execução contratual, dentro e fora de suas dependências, a infraestrutura necessária de equipamentos e suprimentos, constituída de acesso à internet por meio de banda larga (com e sem fio), microcomputadores, *softwares*, equipamento de videoconferência, ferramentas tecnológicas e demais recursos, de forma a garantir a perfeita execução contratual.
- 10.1.8.2.** Alocar a quantidade de prepostos necessária para garantir a melhor intermediação com a Contratante, observados os perfis necessários para cada atividade constante da execução contratual.
- 10.1.9.** Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores especializados, e transferir à Contratante todas as vantagens obtidas.
- 10.1.10.** Preservar as regras e condições do contrato com a Contratante na intermediação e supervisão dos serviços prestados por fornecedores especializados e responder integralmente por toda e qualquer infração decorrente dessas situações.
- 10.1.10.1.** Quando a execução do Produto tiver valor superior a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, a **CONTRATADA** coletará orçamentos dos fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização da **CONTRATANTE**.
- 10.1.10.2.** Se e quando julgar conveniente, a **CONTRATANTE** poderá supervisionar o processo de seleção dos fornecedores, realizado pela **CONTRATADA**, quando a execução do Produto tiver valor igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato.
- 10.1.11.** Manter, por si e por seus prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer informações que lhes sejam fornecidas, sobretudo quanto à estratégia de atuação da Contratante.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 10.1.12.** Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto do contrato a ser firmado, que envolvam o nome da Contratante, sem sua prévia e expressa autorização.
- 10.1.13.** Assinar Termo de Compromisso relativo à confidencialidade e ao sigilo, conforme modelo do Anexo III, se comprometendo, por si e seus prepostos, a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.
- 10.1.14.** Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 10.1.15.** Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados.
- 10.1.16.** Assumir, com exclusividade, todos os tributos (impostos e taxas) que forem devidos em decorrência do objeto do contrato a ser firmado, bem como as contribuições devidas à previdência social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos poderes públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 10.1.17.** Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados.
- 10.1.18.** Apresentar, quando solicitado pela Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 10.1.19.** Responder perante à Contratante por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços objeto do contrato a ser firmado.
- 10.1.20.** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante.
- 10.1.21.** Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa, dolo ou omissão de seus empregados e prepostos, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações administrativas ou judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato a ser firmado.
- 10.1.22.** Em caso de ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, adotar as providências necessárias no sentido de preservar a Contratante e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsar a Contratante as importâncias que esta tenha sido obrigada a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.
- 10.1.23.** Responder por qualquer ação administrativa ou judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto do contrato a ser firmado.
- 10.1.24.** Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a Contratada, independentemente de solicitação.
- 10.1.25.** Não caucionar ou utilizar o contrato a ser firmado como garantia para qualquer operação financeira.
- 10.1.26.** Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

art. 3º da lei nº 8.666/1993, regulamentada pelo decreto nº 7.746/2012.

10.1.27. Observar as condições para fornecimento de produtos e de serviços à Contratante estabelecidas no edital que deu origem ao contrato a ser firmado.

10.1.28. Fornecer os layouts, vídeos e animações elaborados em formato aberto para uso da contratante – mesmo que esse uso seja posterior à vigência do contrato – cedendo os direitos autorais e intelectuais.

10.2. São obrigações da Contratante, além de outras assumidas no contrato a ser firmado:

- a)** cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- b)** fornecer e colocar à disposição da Contratada os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos produtos e serviços;
- c)** proporcionar condições para a boa execução dos produtos e serviços;
- d)** verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos à Contratada e às condições de contratação de fornecedores especializados, pela Contratada;
- e)** notificar a Contratada, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato a ser firmado;
- f)** notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, garantida a defesa, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- g)** efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

10.3. A Contratante comunicará à Contratada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11. FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

11.1. A Contratante fiscalizará a execução dos produtos e serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao desejado ou especificado.

11.1.1. Será nomeado gestor e fiscal, titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato a ser firmado e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos produtos e serviços e terá poderes, entre outros, para notificar a Contratada, objetivando sua imediata correção.

11.2. A fiscalização pela Contratante em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada pela perfeita execução dos produtos e serviços.

11.3. A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da Contratante.

11.4. A Contratada adotará as providências necessárias para que a execução de qualquer produto ou serviço considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a Contratante.

11.5. A autorização, pela Contratante, dos serviços executados pela Contratada ou por fornecedores especializados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação dos serviços.

11.6. A ausência de comunicação por parte da Contratante, referente à irregularidade ou falhas, não



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

exime a Contratada das responsabilidades determinadas no contrato a ser firmado.

11.7. A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato a ser firmado, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos produtos e serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

11.8. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso aos documentos e materiais que digam respeito aos produtos e serviços prestados à Contratante.

11.9. À Contratante é facultado o acompanhamento da execução dos produtos e serviços objeto do contrato a ser firmado, juntamente com representante credenciado pela Contratada.

11.10. A Contratante poderá, a seu juízo, avaliar o desempenho da Contratada quanto ao planejamento e à execução dos produtos e serviços objeto do contrato a ser firmado.

11.11. A avaliação será considerada pela Contratante para: apurar a necessidade de solicitar à Contratada, correções que visem maior qualidade dos serviços prestados; decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual; e fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

11.11.1. Cópia do instrumento de avaliação de desempenho será encaminhada ao gestor ou fiscal do contrato a ser firmado e ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

São Paulo, 02 de março de 2023.

INTEGRANTE TÉCNICO/REQUISITANTE - GECOM	Yasmim Hamssi Taha Gerente – GECOM Matrícula 1062
INTEGRANTE DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO - GCC	Andreia Alves de Lima Gerente de compras e contratos – GCC Matrícula 1125 Natalia Cristina da Silva Santos Assessora II – GCC Matrícula 1189 Matrícula 1189



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

